



AGRICULTURA & SUSTENTABILIDADE: IMAGEM E DIFICULDADES DEPOIS DA PANDEMIA

José Zeferino Pedrozo¹

Ainda é cedo para conhecer a dimensão dos estragos humanos e econômicos da pandemia no Brasil. Ainda não se sabe tudo sobre o novo Coronavírus, nem sobre a doença que ele causa, a Covid-19. Existem muitas incertezas no presente e no horizonte de curto prazo. Uma das poucas convicções produzidas pelo episódio que estamos vivendo é: nada mais será como antes.

Muitas mudanças e transformações ocorrerão em todas as áreas da atividade humana, seja pessoal, familiar, empresarial ou social. A agricultura não ficará de fora. Embora imprescindíveis, as medidas de combate à pandemia – especialmente o isolamento social –  inviabilizam empresas, impedem atividades ocupacionais formais e informais, destroem empregos e derrubam a atividade econômica. O desafio crucial dos gestores públicos é definir medidas de proteção à saúde pública sem dismantelar a economia.

Quando esse quadro de dificuldade estiver superado saberemos o real tamanho de nossas insuficiências em termos de rede básica de saúde, hospitais de média e alta complexidade, indústria nacional de fármacos e insumos médico-hospitalares etc. É provável que todo o sofrimento de milhares de famílias em face da perda de entes queridos amadureça a sociedade para um exercício mais consciente da cidadania.

No setor primário da economia – agricultura, pecuária, pesca, fruticultura exploração mineral etc. – a presença da ciência e da tecnologia se intensificará, bem como o crescente emprego de recursos digitais. O desempenho da agricultura vem sendo definido há décadas pelo conhecimento científico, mas não são todos os estamentos de produtores, trabalhadores e empresários rurais que têm acesso a ele.

Políticas públicas devem ser criadas nessa direção. E nessa área vislumbramos grandes oportunidades de interação entre ações de entes públicos e privados. O

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e as Federações estaduais de agricultura, junto com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), têm grande contribuição a dar – como estão dando há mais de duas décadas para a modernização do campo. Um fator novo e alvissareiro é o surgimento de centenas de startups com projetos que melhoram a gestão e otimizam o aproveitamento dos recursos humanos, técnicos e naturais dos estabelecimentos rurais de pequeno e médio porte.

Nosso otimismo reside na expectativa de que o envolvimento articulado e cooperativo de todos esses agentes – Senar, CNA, FAESC e startups – com o apoio estatal através do Ministério da Agricultura representará geração, transmissão e difusão de tecnologias acessíveis que acelerarão o desenvolvimento do campo.

Depois de séculos, tratado como uma área atrasada e eternamente dependente do Estado, o setor primário da economia brasileira subiu os degraus da maturidade e da excelência. Em décadas de investimentos, estudos, pesquisas, persistência e muito, muito trabalho, a agricultura brasileira mostrou a sua força. Milhões de brasileiros – produtores, trabalhadores, famílias e empresários rurais – construíram esse universo que se tornou paradigma mundial de qualidade.

Nos últimos 20 anos foi o segmento que maior contribuição deu à balança comercial e ao desenvolvimento econômico do País. Acumula muitas vitórias, mas, curiosamente é objeto de muitas incompreensões. Embora seja uma atividade completamente sustentável, vive na mira de formuladores de políticas ambientais, de ambientalistas e ONGs internacionais que parecem obcecadas em gerar fatos que criem embaraços ao Brasil na manutenção de mercados internacionais duramente conquistados.

O compromisso do setor com a sustentabilidade é um pacto de perpetuação. Atividades agrícolas e pecuárias que não respeitam o meio ambiente têm vida curta. É uma questão de consciência, mas, também de pragmatismo econômico. Dois terços do território nacional preservam a vegetação nativa. As tecnologias de manejo de solo e de integração lavoura-pecuária-floresta permitem a recuperação de áreas degradadas e sua incorporação ao processo produtivo sustentável para aumentar a produtividade. Assim, não há necessidade de avançar sobre florestas ou área de proteção permanente. Ou seja, vice-líder mundial em exportações, a agropecuária brasileira – que logo se tornará a maior exportadora do Planeta – é uma das mais sustentáveis.



Sintoma da seriedade com que a agricultura verde-amarela encara a questão ambiental é a decisão do Ministério da Agricultura em estabelecer uma parceria com a Climate Bonds Initiative (CBI) para implementar um plano de investimento para a agricultura sustentável. A CBI é uma das certificadoras de títulos verdes mais respeitadas do mundo. Consultas com produtores e entidades do agronegócio possibilitaram definir um protocolo específico para o Brasil. Empresas e produtores rurais que comprovarem boas práticas ambientais, sociais e de governança poderão emitir títulos de dívida a serem adquiridos por investidores.

A imensa burocracia, a profusão de normais, a demora no licenciamento dos empreendimentos agropastoris e a deficiente infraestrutura são percalços para o agronegócio. Outro óbice é o protecionismo que emerge em todos os continentes, exigindo esforços diplomáticos e comerciais para superação. Há um caminho para enfrentar esse oceano de transtornos. Pesados investimentos na recuperação e expansão de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, armazéns, comunicações e saneamento são exigências do desenvolvimento econômico nacional que darão fôlego e maior competitividade à agricultura. Se o governo tiver lucidez e capacidade de investir nessa área cumprirá, simultaneamente, dois objetivos: preparar o País para a retomada do crescimento e gerar milhões de empregos.

Internamente, o País precisa de atitude e ação. Para contribuir com as metas que a agricultura brasileira quer alcançar no Planeta, o País precisa cumprir seus compromissos com a proteção dos biomas, o combate ao desmatamento e o aperfeiçoamento da estrutura de proteção aos recursos naturais.

Apesar do estrondoso sucesso e dos crescentes superávits comerciais (grande parte devido ao fator China), a agricultura brasileira vem perdendo a batalha da comunicação na esfera internacional. O Brasil precisa desenvolver um programa de imagem e diferenciação de produtos e consolidar exportações de maior valor agregado.

Apesar de ser o maior produtor em importantes cadeias produtivas, a imagem do Brasil no exterior é fraca quando comparada a de países como Austrália, Estados Unidos e Canadá. Com o apoio da CNA, ABPA, ABIEC e outras entidades nacionais do agronegócio é necessário adotar uma campanha unificada para fortalecimento da imagem do País no mundo com a participação dos Ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente, Relações Exteriores e Presidência da República.



O exercício de uma agricultura tecnologicamente sustentável assegura a proteção dos recursos naturais – solo, água, flora e fauna – para as atuais e as futuras gerações. A Carta Magna de 1988 consagra o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como essencial à sadia qualidade de vida, impondo a todos o dever de defendê-lo e preservá-lo.

Para promover a propriedade ecologicamente equilibrada e sua viabilidade econômica, são necessárias formas alternativas de compensação ao produtor, por prestar um serviço de proteção ambiental em benefício da sociedade. A agricultura não pode suportar sozinha – por exemplo – os custos da recomposição florestal. É necessário que a implementação de medidas conservacionistas e de recuperação ambiental considere o risco da desestruturação social e econômica do segmento agropecuário.

Há consenso de que, com investimento tecnológico, ciência, planejamento integrado, respeito à legislação e políticas públicas positivas de incentivo às práticas sustentáveis, o Brasil avançará muito com o crescimento das safras associadas à proteção da biodiversidade. Com o desenvolvimento de novos processos e tecnologia é possível incorporar a sustentabilidade ao ambiente do agronegócio de forma estratégica, abrindo caminho para que se estabeleçam novos padrões de produção rural.



Cria oportunidades e pode gerar renda para os proprietários rurais, em razão do importante papel que cumprem em prol da sociedade na preservação da água e da biodiversidade, com a conservação das áreas de preservação permanente, das zonas de recarga de aquíferos e das reservas particulares do patrimônio natural. Assim, a manutenção de áreas preservadas, muitas vezes encarada como prejuízo, torna-se também uma atividade rentável.

¹ Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de SC (FAESC) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/SC)